



acaplam®

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS

CONCURSO PÚBLICO

PROVA PARA CARGO DE:

ADVOGADO

* ATENÇÃO - CONFIRA SE ESTA PROVA CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ CONCORRE

* Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 28 questões **ESPECÍFICAS**
- 12 questões de **PORTUGUÊS**

* Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

* Duração da prova: 3 horas. O Candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 01 hora, contada a partir do seu efetivo início.

* O candidato só terá o direito de levar o caderno de prova após 02:00 horas do início dos trabalhos, e deixará apenas o Cartão de Respostas com o Fiscal de Sala.

* Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação do candidato.

* Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos.

* Assine o seu Cartão de Respostas (Gabarito). Assinale apenas uma opção em cada questão. Não deixe questão em branco, nem assinale mais de uma opção, para seu Cartão não ter questões anuladas.

* Não rasure, dobre ou amasse seu Cartão de Respostas pois em hipótese alguma ele será substituído, salvo por erro do fiscal ou por falha de impressão. Confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assinale no local indicado. A assinatura é obrigatória.

* O Gabarito desta prova estará disponível no dia 14/06/2010, no site www.acaplam.com.br.

* Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes no Edital do Concurso Público nº 001/2010 da PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIROS de 19/03/2010.

* Após o término da prova, o candidato deverá deixar a sala e em hipótese alguma poderá permanecer no estabelecimento onde realizou a mesma.

BOA PROVA!!

Data: 13 de Junho de 2010.

acaplam

PARTE I - ADVOGADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

O movimento constitucional Brasileiro passou por várias evoluções desde o Império. Podemos destacar que nossa Constituição de 1988 é partícipe do entendimento social-democrático, onde o Estado é obrigado a intervir positivamente nas relações privadas constantemente. A decorrência dessa situação é a de que a Constituição de 1988 lançou diversas obrigações que recaíram sobre o Estado. Nem sempre tais obrigações podem ser cumpridas e o motivo óbvio para isso é que nosso país é vasto territorialmente falando. Assim, o nosso País adota um sistema político de Governo justamente para driblar tal situação. Como nem tudo é perfeito, esse mecanismo se torna deveras complexo e falho, deixando as lacunas jurídicas para os que estão de plantão aguardando a oportunidade de enganar o sistema e corromper o cidadão. Se formos mais a fundo poderemos identificar também a culpa de nossos legisladores, compositores de melodias legiferantes que estão em sintonia com a má intenção daqueles que permanecem corrompendo o sistema. Cabe ao povo participar do mecanismo paralelo de pão e circo e COPA DO MUNDO DE FUTEBOL sem ter consciência do realmente está acontecendo.

De acordo com o texto acima responda as seguintes questões:

01 - Quando o texto aborda a idéia do estado intervir positivamente nas relações privadas; constitucionalmente isso quer dizer que:

- A) A sociedade sofre intervenção do Estado mediante o reconhecimento da função específica do cidadão por aplicação da Justiça Comutativa. Exemplo o respeito as leis.
- B) Na verdade a intervenção positiva do Estado é o reconhecimento por parte do mesmo, via princípios como poder-dever, que declaram a participação cidadã até mesmo premiando aqueles que contribuem para o desenvolvimento geral. Exemplo programas de PPP.
- C) Na verdade o estado intervém positivamente quando presta os serviços públicos previstos em nossa constituição. Exemplo educação e saúde.
- D) O que se diz é que o Estado é ativo nas relações privadas pois estará sempre fiscalizando cada cidadão em prol do reconhecimento individual e coletivo de grupos sociais frente ao papel do Estado. Exemplo a compensação tributária.
- E) A sociedade necessita de controle e o Estado tem que praticar esse controle mediante leis que nem sempre são aceitas mas intervém na vida de cada cidadão. Exemplo os impostos.

02 - O texto menciona que a Constituição de 1988 lançou diversas obrigações que recaíram sobre o Estado. São essas obrigações as:

- A) A organização Política e administrativa do País com sua gestão pública abrangendo o que chamamos de administração descentralizada. Assim como os serviços públicos de saúde, educação, segurança e moradia são obrigações do Estado, cabe também ao Estado organizar políticas que criem um ambiente propício ao desenvolvimento do país.
- B) A organização Política e administrativa do País com sua gestão pública abrangendo o que chamamos de administração centralizada. Assim como os serviços públicos de saúde, educação, segurança e moradia são obrigações do Estado, cabe também ao Estado organizar políticas que criem um ambiente propício ao desenvolvimento do país.
- C) A organização Política e administrativa do País com sua gestão pública abrangendo o que chamamos de administração desconcentrada. Assim como os tributos pagos e distribuídos em forma de serviços públicos e a proteção a soberania nacional.
- D) A organização Social do País com sua gestão pública abrangendo o que chamamos de administração pública indireta. Assim como as obrigações fiscais de cada cidadão brasileiro.
- E) N.D.A.

03 - Quando o texto menciona: “Nem sempre tais obrigações podem ser cumpridas e o motivo óbvio para isso é que nosso país é vasto territorialmente falando. Assim, o nosso governo adota um sistema político de Governo justamente para driblar tal situação.” Tem-se a idéia do Sistema de Administração Pública do País, o qual podemos afirmar:

- A) Ao sistema de administração direta exercida pelo chefes do Executivo sejam em âmbito Federal, Estadual ou Municipal.
- B) Ao sistema de órgãos principais, como Autarquias, Empresas Públicas, Fundações, Ministérios, Secretaria todos criados pelo Estado, independentemente de previsão legal, mas respeitando o interesse coletivo, para dar sustentabilidade a logística da administração pública em nosso País.
- C) Ao sistema de administração indireta exercida pelo chefes do Executivo sejam em âmbito Federal, Estadual ou Municipal.
- D) Ao sistema de órgãos auxiliares, como Autarquias, Empresas Públicas, Fundações, Ministérios, Secretaria todos criados pelo com a previsão legal Estado para dar sustentabilidade a logística da administração pública em nosso País.
- E) O poder Legislativo cooperando com o judiciário NBA aplicabilidade das normass brasileiras.

04 - NO trecho “Se formos mais a fundo poderemos identificar também a culpa de nossos legisladores, compositores de melodias legiferantes que estão em sintonia com a má intenção daqueles que permanecem corrompendo o sistema.”. Tem-se a idéia da tripartição dos poderes, quanto ao mesmo podemos afirmar:

- A) O Brasil, pelo sistema de tripartição dos poderes, tem uma característica que é a de identificar a possível dependência entre o legislativo e o executivo.
- B) O Brasil adota o sistema de freios e contra-pesos pela forma autônoma que os três poderes atuam.
- C) O Brasil é um país tão democrático que o sistema de tripartição dos poderes deixa cada um deles — dos poderes — livre para praticar apenas os atos que lhe são competentes.
- D) O Brasil adota o sistema de freios e contra-pesos pela forma dependente que os três poderes atuam, praticando atos típicos e atípicos.
- E) O Brasil, pelo sistema de tripartição dos poderes, tem uma característica que é a de identificar a possível dependência entre o legislativo e o Judiciário.

05 - No trecho: “Cabe ao povo participar do mecanismo paralelo de pão e circo e COPA DO MUNDO DE FUTEBOL sem ter consciência do realmente está acontecendo.” No que diz respeito a participação popular na Administração do País, a mesma se dá:

- A) De forma indireta, pelo voto onde os atos praticados pelos agentes políticos na verdade são a prova da representatividade popular.
- B) De forma direta, pela ação civil pública para fiscalizar os atos praticados pelos agentes políticos que na verdade são a prova da representatividade popular.
- C) De forma direta, pelo voto onde os atos praticados pelos agentes políticos na verdade são a prova da representatividade popular.
- D) De forma direta, pela ação civil pública para fiscalizar os atos praticados pelos agentes políticos que na verdade são a prova da representatividade popular.
- E) N.D.A.

06 - O Sistema de controle de constitucionalidade brasileiro adota o critério misto, o que quer dizer que:

- A) Praticamos o mecanismo jurisdicional e o político ao mesmo tempo.
- B) Praticamos o mecanismo jurisdicional e o repressivo ao mesmo tempo.
- C) Praticamos o mecanismo jurisdicional e o preventivo ao mesmo tempo.
- D) Praticamos o mecanismo Político e o repressivo ao mesmo tempo.
- E) Praticamos o mecanismo Político e o preventivo ao mesmo tempo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

07 - Segundo o Ordenamento Jurídico do Direito Administrativo o princípio da impessoalidade significa:

- A) A prática do ato administrativo visando interesses do agente ou de terceiros, devem ater-se a vontade da lei.
- B) Os interesses públicos estão acima dos interesses do agente ou de terceiros. Mas o agente não está proibido de praticar, secundariamente atos de interesse pessoal ou de interesse de terceiros
- C) O princípio da impessoalidade diz respeito unicamente ao fato de que a pessoa do agente estará praticando seus atos em nome do povo pois recebeu os votos. Mas não o proíbe de investir seus interesses nos atos.
- D) Proíbe a prática do ato administrativo visando interesses do agente ou de terceiros, devendo ater-se a vontade da lei.
- E) Os atos públicos são cravados de legitimidade e supremacia perante os demais atos privados pois dizem respeito a representatividade coletiva.

08 - O poder legislativo cria, por lei, as chamadas limitações administrativas ao exercício das liberdades públicas.

- A) O enunciado diz respeito ao princípio da legalidade.
- B) O enunciado da questão refere-se ao poder de polícia.
- C) O enunciado diz respeito ao princípio da prevalência administrativa.
- D) O enunciado diz respeito a supremacia da norma administrativa.
- E) O enunciado diz respeito ao Poder-dever da administração pública.

09 - Marque a alternativa correta:

- A) O poder de polícia delegado é aquele exercido pela Administração direta, ou seja, pelos Órgãos integrantes da estrutura das diversas pessoas políticas da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios)
- B) O poder de polícia originário é aquele exercido pela Administração indireta, ou seja, pelos Órgãos integrantes da estrutura das diversas pessoas políticas da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios)
- C) O poder de polícia originário é aquele exercido pela Administração direta, ou seja, pelos Órgãos integrantes da estrutura das diversas pessoas políticas da Federação (União, estados, Distrito Federal e municípios)
- D) O poder de polícia delegado é aquele exercido pela Administração direta, ou seja, pelos Órgãos integrantes da estrutura das diversas pessoas políticas do Estado
- E) O poder de polícia originário é aquele exercido pela Administração direta, ou seja, pelos Órgãos integrantes da estrutura das diversas pessoas políticas do Estado

10 - “É a orientação obrigatória de toda a atividade administrativa pública ao interesse público, especificamente explícito ou implícito na ordem pública com vistas ao atendimento pelo Estado.” O TEXTO apresentado refere-se a que princípio do Direito Administrativo?

- A) Princípio da razoabilidade.
- B) Princípio da finalidade.
- C) Princípio da Moralidade administrativa.
- D) Princípio da Motivação.
- E) Princípio da descentralização

11 - Marque a alternativa correta:

- A) Quando a disponibilidade os bens públicos classificam-se em indisponíveis por natureza e patrimoniais indisponíveis.
- B) São exemplos de bens públicos: rios, mares, edifícios públicos, bens dominicais, inclusive os dominicais pertencentes a pessoa jurídica de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado independentemente de legislação.
- C) É um tipo de bem público os chamados terrenos reservados, que seriam aqueles formados, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos da Marinha.
- D) A autorização de uso de bem público é um ato administrativo discricionário, formal, contratual e, como regra, sem previsão de prazo de duração.
- E) As principais características dos bens públicos são: inalienabilidade; impenhorabilidade; imprescritibilidade e a não-onerabilidade.

12 - Sobre servidores é correto afirmar:

- A) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos vinculam ambos ao cargo exercido, mas não concedem todos os direitos trabalhistas;
- B) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado imediatamente desde que respeitadas as regras de prioridade;
- C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão. Hoje essa reserva é em percentual, podemos então identificar a possibilidade de um concurso não abrir vagas para deficientes.
- D) O Cargo Público é a função a ser exercida pelo agente;
- E) Em respeito ao Art. 37 da Constituição Federal Brasileira, a legislação própria que dá direito a greve aos servidores prevê a eficácia e o limite para o instituto jurídico da greve.

13 - Marque a alternativa correta:

- A) São modos de intervenção do Estado na propriedade privada: servidão administrativa, requisição, limitação administrativa, tombamento, desapropriação;
- B) Limitações administrativas são determinações de caráter específico, por meio das quais o Poder Público impõe a proprietários determinadas obrigações positivas para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social;
- C) Tombamento é a modalidade de intervenção na propriedade por meio da qual o Poder Público junto com o Privado, procuram proteger o patrimônio cultural brasileiro.
- D) A servidão administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar da propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo;
- E) Desapropriação é o procedimento de direito público pelo qual o poder Público transfere para quem seja indicado a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública, interesse social.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

14 - Quando se fala em liquidação de sentença é incorreto afirmar:

- A) Para que o autor possa requerer a execução provisória da sentença, há a necessidade de se apresentar caução arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos tal caução poderá ser dispensada caso o exequente demonstre estado de necessidade
- B) Para que o autor possa requerer a execução provisória da sentença, há a necessidade de se apresentar caução arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos tal caução não poderá ser dispensada uma vez que faz parte da garantia processual de que num futuro próximo, caso a sentença seja reformada o Réu no processo originário não fique prejudicado
- C) Quando houver dúvidas sobre os valores apresentados pelas partes para liquidar a sentença o juiz poderá valer-se de contador do juízo
- D) Independentemente dos valores apresentados pelas partes, caso haja conflitos, a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador
- E) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou fixada em juízo não o efetue no prazo de 15 dias o montante será acrescido de multa de 15%

15 - Não faz coisa julgada, exceto:

- A) Os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- B) A verdade do fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- C) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- D) A resolução de questão prejudicial.
- E) A verdade do fatos, estabelecida como fundamento da sentença e baseada em meios de provas lícitas.

16 - São características do procedimento Sumário do Código de Processo Civil Exceto;

- A) Observa-se o procedimento sumário nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola cujo valor não exceda 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo
- B) Observa-se o procedimento sumário nas causas, qualquer que seja o valor, de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo em via terrestre
- C) Observa-se o procedimento sumário nas causas, qualquer que seja o valor, de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial
- D) Observa-se o procedimento sumário nas causas, qualquer que seja o valor, de de ressarcimento por danos em prédios urbanos
- E) Observa-se o procedimento sumário nas causas, qualquer que seja o valor, de de cobrança de condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio

17 - Diante dos requisitos e dos efeitos da sentença estão, exceto:

- A) Quando o autor tiver formulado pedido certo, caso não fique totalmente provado, cabe ao juiz proferir sentença ilíquida
- B) O Relatório, os fundamentos e os dispositivo
- C) Ao juiz é proibido proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o Réu em quantidade superior ou inferior em objeto diverso do que lhe foi demandado
- D) Em algumas situações previstas na lei o juiz poderá dispensar o relatório
- E) Na ação que tenha por objeto a entrega da coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação

18 - Quanto ao rito do Agravo podemos afirmar:

- A) As decisões interlocutórias recepcionará agravo de instrumento no prazo de 15 dias
- B) Das decisões interlocutórias caberá agravo que pode ser de instrumento ou retido conforme preceitua o CPC
- C) O agravo tem a função de reparar apenas uma possível lesão jurídica e de difícil reparação a parte
- D) Da decisão interlocutória proferidas em audiências de instrução e julgamento também caberá agravo de instrumento
- E) O agravo retido depende de preparo enquanto que o de instrumento não. Justifica-se tal situação pela própria natureza da interposição de um face ao outro

19 - Marque a alternativa correta para a sequência de verdadeiro ou falso das afirmativas abaixo:

I. Diante da ausência das condições da ação, o processo não é remetido para a fase de instrução probatória, com a designação de audiência de instrução e julgamento;

II. Segundo a teoria eclética da ação, de *Liebman* a ação é um direito subjetivo que não se prende ao direito material nela envolvido, sujeitando-se, contudo, à observância de condições, sem as quais não se pode validar a ação;

III. SE a ausência das condições da ação for detectada logo após o recebimento da inicial, pode – e deve – gerar intimação para emenda a inicial e assim sanar a lacuna;

IV. A ilegitimidade ativa e passiva pode- e deve – ser reconhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive de ofício pelo magistrado, gerando, quando acolhida, a extinção do processo com julgamento do mérito.

- A) I – V; II – F; III – V; IV – F
- B) I – F; II – F; III – F; IV – F
- C) I – F; II – V; III – F; IV – V
- D) I – V; II – V; III – V; IV – V
- E) I – V; II – V; III – F; IV – F

20 - Marque a alternativa correta para a sequência de verdadeiro ou falso das afirmativas abaixo:

I. É obrigação de o magistrado prevenir ou reprimir atos contrários à dignidade da justiça;

II. Em decorrência do dever assumido pelo magistrado conforme acima mencionado temos: determinar que sejam riscadas expressões injuriosas migradas para os autos por manifestação de qualquer das partes do embate processual;

III. Em decorrência do dever assumido pelo magistrado conforme acima mencionado temos: solicitar o auxílio de força policial;

IV. Em decorrência do dever assumido pelo magistrado conforme acima mencionado temos: Aplicar multa contra o devedor, por ter praticado ato atentatório à dignidade da justiça

V. Em decorrência do dever assumido pelo magistrado conforme acima mencionado temos: impor multa ao credor por protelar o processo.

- A) I – V; II – F; III – V; IV – F; V – V
- B) I – F; II – F; III – F; IV – F; V – V
- C) I – F; II – V; III – F; IV – V; V – F
- D) I – V; II – V; III – V; IV – V; V – F
- E) I – V; II – V; III – F; IV – V; V – F

DIREITO DO TRABALHO

21 - São causas para demissão por justa causa provocado pelo empregado, exceto:

- A) ato de improbidade.
- B) acessar conteúdos inadequados à moral via computador da empresa.
- C) incontinência de conduta ou mau procedimento.
- D) desídia no desempenho das respectivas funções.
- E) embriaguez habitual ou em serviço.

22 - Assinale a afirmativa incorreta:

- A) Nas causas trabalhistas os honorários advocatícios são devidos e seguem as mesmas regras do CPC quando a possibilidade do Juiz arbitrar o percentual a ser pago.
- B) Os adicionais de insalubridade e periculosidade são incompatíveis devendo o trabalhador optar por um deles.
- C) O exercício da função de gerente deve ser precedida de um aumento salarial condizente com a função de confiança, devendo ser bastante superior a dos demais funcionários sob risco de descaracterização da função.
- D) A determinação tanto do dia do descanso semanal remunerado quanto do período para o gozo das férias fica a cargo da empresa e não do empregado.
- E) Caso a categoria profissional tenha representação sindical, todas as decisões contratuais de trabalho deverão ser homologadas pelo respectivo sindicato.

23 - São princípios do direito do trabalho, exceto:

- A) Princípio da continuidade da relação de emprego.
- B) princípio da primazia da realidade.
- C) princípio da proteção.
- D) Princípio da abstração contratual.
- E) princípio da irrenunciabilidade dos direitos.

24 - São requisitos do contrato de trabalho:

- A) continuidade, manutenção, licitude e onerosidade.
- B) legitimidade, subordinação e onerosidade.
- C) continuidade, subordinação e onerosidade.
- D) legitimidade, subordinação, onerosidade ou gratuidade (voluntariado).
- E) continuidade, manutenção e onerosidade.

25 - Marque a alternativa correta

- A) O contrato de trabalho tem que ter uma forma para se tornar solene e assim imprimir direitos e obrigações entre as partes.
- B) Um contrato de experiência pode ser firmado pelo prazo de 30 dias, prorrogado por mais 30 e finalizado com mais 30 dias totalizando 90. SE ao final o empregado tiver se adaptado o mesmo contrato se transformará em por tempo indeterminado.
- C) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante ou não salário.
- D) Ao empregado Rural aplicam-se as mesmas regras que o do urbano com acréscimo de adicional por insalubridade ou penosidade, ambos devidos ao mesmo.
- E) O contrato de trabalho por tempo determinado pode ser celebrado verbalmente.

26 - Assinale a opção correta

- A) No direito tributário o fato gerador da obrigação acessória seriam apenas aquelas situações específicas que impõem a prática de ato que configure obrigação principal.
- B) A norma de tributação pode ter na ilicitude elemento essencial para a sua incidência desde que não prejudique terceiros.
- C) Salvo dispositivo de lei em contrário considera-se ocorrido o fato gerador e existentes seus efeitos quando, independentemente das circunstâncias materiais, se produzam os efeitos de que lhe são próprios.
- D) No direito tributário o Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua concorrência.
- E) Nem toda norma obrigação tributária acessória tem um fato gerador

27 - Assinale a opção incorreta

- A) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- B) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- C) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- D) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- E) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam seu objeto.

28 - Compete a união Instituir impostos sobre, exceto:

- A) propriedade rural desde que mesma esteva produtiva.
- B) importação de produtos estrangeiros.
- C) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- D) renda e proventos de qualquer natureza.
- E) produtos industrializados.

PARTE II - PORTUGUÊS

As questões 29 e 30 referem-se ao texto seguinte.

Antigamente, falava-se em reformismo ou socialismo, termos que, embora não isentos de ambivalência, indicavam a intenção básica de corrigir desequilíbrios na repartição do poder político ou econômico em favor dos mais débeis. Modernização, ao contrário, evocaria em certas condições o que foi descrito por intérpretes da evolução histórica brasileira como “modernização conservadora”. É um processo, em certos casos ambicioso, de alteração política, chegando mesmo às vezes à mudança de regime – a Independência, a Proclamação da República, a Revolução de 30 –, mas sem tocar em profundidade nas estruturas sociais e econômicas. Dirigentes antigos são substituídos por “modernos”, esses dispõem-se até a cooptar membros da velha classe dirigente – a exemplo dos conselheiros do Império, Rodrigues Alves e Afonso Pena, elevados a presidentes da República –, mas não há transformações para valer nas posições respectivas de dominadores e dominados em termos de poder ou de riqueza.

(Rubens Ricúpero)

29 - Das afirmações seguintes:

- I- A proposta da distribuição desequilibrada do poder político partia tanto do “reformismo” como do “socialismo”.
 - II- De acordo com o quadro proposto pelos “modernos” é possível ocorrer verdadeiras transformações nas estruturas sociais e econômicas.
 - III- A “modernização” é capaz de produzir intensas mudanças políticas, porém não modifica a assimetria das relações, seja no que se refere a “poder” seja no que diz respeito a “distribuição da riqueza”.
- A) Estão corretos itens I e III.
 - B) Estão corretos itens II e III.
 - C) Todos estão corretos.
 - D) Todos estão incorretos.
 - E) Apenas item III está correto.

30 - Das afirmações seguintes:

- I- O vocábulo “débeis” foi empregado no texto com o significado de “fraco, frágil”.
 - II- Verifica-se ao texto uma maior formalidade ao trocar a expressão “para valer” por “significativas”.
 - III- Em “falava-se”, o “se” exerce a função sintática de objeto direto.
- A) Estão corretos os itens I e III.
 - B) Estão corretos os itens I e II.
 - C) Apenas o item II está correto.
 - D) Todos estão corretos.
 - E) Todos estão incorretos.

31 - Observando a grafia das palavras destacadas nas frases seguintes, assinale a alternativa que apresenta erro:

- A) Se não houver seriedade, o país não sairá da situação melancólica em que se encontra.
- B) São espíritos afins.
- C) Os primeiros colonizadores surgiram há cerca de quinhentos anos.
- D) Não vejo nada demaís em sua atitude!
- E) Aonde querem chegar com essas atitudes?

32 - Considerando-se as palavras: bônus, vai-vém, fé, bússola, assinale a única descrição quanto à acentuação que não se refere a uma delas:

- A) A palavra é acentuada porque é uma paroxítona terminada em US.
- B) A palavra é acentuada porque é um monossílabo tônico terminado em E.
- C) A palavra é acentuada porque é uma oxítona terminada em E.
- D) A palavra é acentuada porque é uma proparoxítona.
- E) A palavra é acentuada porque é uma oxítona terminada em EM.

33 - No período: “O importante, insistiam todos, era que o plano desse certo”, as vírgulas foram usadas com a seguinte finalidade:

- A) para separar orações intercaladas
- B) para separar orações adjetivas explicativas
- C) para separar orações reduzidas
- D) para separar orações substantivas quando antepostas à principal
- E) para separar orações coordenadas sindéticas

34 - Identifique a sequência em que se classificou uma palavra, quanto ao processo de formação, de forma errada:

- A) apelo, afago, perda (derivação regressiva)
- B) indispensável, reposição, acariciar (derivação prefixal e sufixal)
- C) ensaboar, esfriar, amadurecer (derivação parassintética)
- D) furioso, pescador, fechadura (derivação sufixal)
- E) incapaz, premeditar, antebraço (derivação prefixal)

35 - Classifique corretamente os termos integrantes destacados:

“Elegeram me representante da classe.”
“Temos sido fiéis aos nossos princípios.”

Respectivamente temos:

- A) objeto direto e complemento nominal
- B) objeto indireto e complemento nominal
- C) objeto direto e objeto indireto
- D) objeto direto pleonástico e objeto indireto
- E) objeto direto pleonástico e objeto direto

36 - Assinale a alternativa cuja classificação da oração em destaque está incorreta:

- A) Tenho certeza de que ainda há esperanças. (oração subordinada substantiva completiva nominal)
- B) Nosso desejo era encontrares o teu caminho. (oração subordinada substantiva predicativa)
- C) Sinto mudarem as mentalidades. (oração subordinada substantiva objetiva direta)
- D) Lembre-se de auxiliar-me em algumas tarefas (oração subordinada substantiva subjetiva)
- E) N. D. A.

37 - Indique a alternativa em que o sinal indicativo de crase é facultativo:

- A) Cheguei à casa de meus pais.
- B) Prefiro a tela da direita à da esquerda.
- C) Resolvi vestir-se à moda de James Dean.
- D) Aludi àquele jardim.
- E) Correu até à porta da frente e abriu-a.

38 - Assinale a alternativa cuja sequência enumera corretamente as frases:

- (1) concordância verbal correta.
 - (2) concordância verbal incorreta.
 - () Mais de um parlamentar se ofendeu na tumultuada sessão de ontem.
 - () A maioria dos alunos participou da reunião.
 - () As Minas Gerais são inesquecíveis.
- A) 2, 2, 1
 - B) 2, 1, 2
 - C) 2, 1, 1
 - D) 1, 2, 2
 - E) 1, 2, 1

39 - Indique a alternativa em que há erro quanto à regência:

- A) Essas medidas visam uma reestruturação do ensino público.
- B) Queremos muito aos nossos companheiros.
- C) Assisti muitos anos naquela velha casa de fazenda.
- D) Liberdade implica responsabilidade.
- E) Ainda aspiro a um país melhor.

40 - Nas orações:

“Faria isso mil vezes se fosse preciso.”

“Falta-lhe inteligência para compreender isso.”

Encontramos, respectivamente, as seguintes figuras de linguagem:

- A) antítese e eufemismo
- B) hipérbole e eufemismo
- C) hipérbole e prosopopeia
- D) ironia e eufemismo
- E) hipérbole e gradação